

Saúde para o desenvolvimento local: Controle da dengue, sujeitos sanitários e comunicação¹

Magnolia Rejane Andrade dos SANTOS²
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

Resumo

O trabalho desenvolve uma reflexão sobre como os direitos fundamentais à saúde e o direito à comunicação se relacionam quando se fala nas ações de vigilância epidemiológica de controle das epidemias como dengue. A partir de SANTOS(2012), VASCONCELLOS e OLIVEIRA(2013) e TARGINO(2009), reunimos subsídios teóricos para melhor fundamentar a ação de divulgação científica da Agência de Notícias Ciência Alagoas, em colaboração com o Comitê Estadual de Mobilização contra a Dengue, como uma estratégia de fomentar o desenvolvimento local através da educação científica e política de sujeitos sanitários. Discutimos também o que se tem realizado nas redes sociais para a promoção da vigilância epidemiológica, através de observatórios e aplicativos que estimulam a participação dos cidadãos como sujeitos ativos para controle e erradicação de epidemias.

Palavras-chave: comunicação; saúde; desenvolvimento local; dengue; redes sociais

Introdução

Projeto transversal financiado inicialmente pelo CNPq, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas/FAPEAL, a Agência de Notícias Ciências Alagoas está em execução desde 2007. Atualmente, ela se sustenta apenas com o apoio Universidade Federal de Alagoas/UFAL e com a colaboração de voluntários. Esta agência de notícias foi pensada como um estratégia de divulgação da notícia local sobre ciência, tecnologia e inovação a fim de contribuir com o desenvolvimento local de Alagoas, em particular, e da Região Nordeste, em geral³.

Nesses oito anos de existência, a agência ultrapassou a contribuição pontual da prática que esperávamos efetivar. Ela tem sido um espaço empírico de construção de um conhecimento interdisciplinar, que fundamenta nossas ações mais corriqueiras. Assim, além

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica/PUC/SP, professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas(UFAL), e-mail: magnoliasantos@hotmail.com

³ Disponível em www.cienciaalagoas.com.br

de produzir notícias científicas, a experiência de fazer jornalismo especializado nos impõe a necessidade de colocar em discussão novas idéias sobre comunicação para o desenvolvimento local, que surgem a partir desse diálogo plural.

Sempre que é possível, é feita a divulgação, junto à sociedade civil organizada e instituições públicas, da disposição da Agência Ciência Alagoas para atuar como mediadores em processos comunicacionais que envolvam ciência, tecnologia e inovação em redes sociais. O resultado é que chegam sistematicamente demandas bem heterogêneas solicitando essa colaboração. Em outubro de 2014, por exemplo, a agência foi convidada pela Gerência de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (GCITIS) da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU), para discutir sobre Jornalismo Científico durante as atividades da XI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (XI SNCT) daquela Secretaria. Um mês depois participávamos da III Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Mobilização contra a Dengue, onde com a equipe formas de colaboração na atuação junto a comunidade. Naquele momento, a situação epidemiológica era crítica em vários municípios alagoanos e ainda não se falava nos vírus da Chikungunya nem do Zyka. Naturalmente, a agência se colocou a disposição para colaborar com o trabalho de educação preventiva e vigilância.

A partir dessa demanda específica, desencadeamos um processo reflexivo sobre a missão da divulgação científica para promover o desenvolvimento local e a saúde pública. È a sistematização de alguns aspectos conceituais dessa reflexão que apresentamos nesta comunicação, pretendendo melhor subsidiar as formas de intervenção da comunicação nas ações de saúde e vigilância epidemiológica.

Sujeito sanitário

O primeiro questionamento que nos ocorreu nesse diálogo foi a necessidade de compreensão do que foi demandado pelo Comitê: o porquê e como a agência devia se engajar, sem se desviar de sua missão primeira. Recorremos ao documento oficial dos agentes de saúde, o manual de normas técnicas Dengue- instruções para pessoal de combate ao vetor, elaborado pela Fundação Nacional de Saúde, em buscar de pistas para delinear a dimensão comunicativa que guiaria a nossa ação. O texto nos indicou a ênfase deveria estar no receptor, que passava a ser encarado diferenciada:

Tradicionalmente, o combate ao *Aedes aegypti* foi desenvolvido seguindo as diretrizes da erradicação vertical, onde a participação comunitária não era considerada como atividade essencial. No entanto, a abordagem ampla e a participação comunitária são fundamentais e imprescindíveis.

Inicialmente, o Programa de Erradicação do *Aedes aegypti* no Brasil (PEAa) propõe (PEAa) que o agente de saúde, que há décadas trabalha para a comunidade, passe agora a trabalhar para a comunidade com a comunidade. Esta mudança, se bem conduzida, fará com que a população com a comunidade perceba que o combate ao *Aedes aegypti* não é só um programa do Ministério da Saúde e sim, atividade de interesse comum (FUNASA, 2001, pag. 68).

Há uma clara recomendação para uma mudança do paradigma comunicacional, o receptor deixar de ser o paciente da ação preventiva e passa a ter um papel ativo e interativo com os formadores de opinião, nesse caso, representados na figura dos agentes de saúde. O que se conclui que é nesse âmbito epistemológico que a agência deve atuar, procurando estimular a interação e participação crítica no pólo da recepção. Porém, emissores e receptores não estão inseridos no vácuo. Eles fazem parte de um contexto sociológico, que deve ser levado em conta. Daí, a dimensão institucional ser fundamental para se viabilizar o projeto de educação preventiva e vigilância epidemiológica como um processo comunicacional democrático:

É evidente que a participação comunitária no controle do *Aedes aegypti* envolve a participação do município e o compromisso das autoridades locais, com o atendimento das necessidades apontadas pela comunidade, devendo-se, inclusive, convocar os setores do comércio e indústria, além de associações representativas da comunidade.

O estímulo à participação comunitária necessita ser permanente. Os resultados ou a expectativa de respostas devem ser colocados a médio e longo prazos. (FUNASA, 2001, pag. 68).

A equação entre agentes de saúde, comunidade e contexto institucional deve resultar, portanto, não só na eficácia em si das ações pretendidas para o controle do vetor e eventual extinção do mesmo; mas também para estabelecer um aprimoramento das relações entre poder público e comunidade em prol de uma política democrática de gestão em saúde pública. Essa equação é uma operação que envolve diversos níveis de complexidade. O principal deles é a forma de encarar o conjunto de pessoas que compõem a comunidade. Dizer que cada um deles é um cidadão, nos levar a um sentido genérico demais e torna difícil a operacionalização do conceito no campo específico. Por outro lado utilizar o termo sujeito também é correr risco, tendo em vista ser um conceito contaminado por acepções de diversas áreas, que vai da psicanálise, passa pelas ciências humanas, sociais, jurídicas e da saúde. Sendo assim, qual seria a solução para encaminhar essa discussão ?

Vasconcellos e Oliveira(In: OLIVEIRA et ali, Edufal,2013, 44) estudando as relações entre direito e saúde, também destacam as limitações conceituais que impregnam o campo com concepções conservadoras, que precisam ser superadas para que se possa enfrentar adequadamente os desafios da saúde na contemporaneidade. Eles nos propõem refletir sobre termos inovadores como consciência sanitária, movimento sanitário, cidadania sanitaria. Os autores citados também defendem os indivíduos da comunidade, capazes de produzir novos conhecimentos políticos para a participação e luta no campo da saúde, sejam chamados sujeitos sanitários:

Sujeito sanitário na perspectiva do direito, será , enfim, o sujeito que, usufruindo das prerrogativas de uma cidadania plena, tenha acesso aos conhecimentos desse campo, possa produzir novos conhecimentos, e deles extraia os movimentos necessários para um agir político transformador da realidade sanitária (VASCONCELLOS E OLIVEIRA In: OLIVEIRA et ali, Edufal, 2013, 50).

Nesse ponto, podemos estabelecer um vínculo entre essa proposta de quebra de paradigmas e a breve sugestão do manual da Funasa, visto anteriormente, que preconiza a necessidade de um novo olhar sobre a comunidade. A participação crítica parece ser o ponto de interseção para essa nova concepção, que está em elaboração. Ela, certamente, tem repercussão no processo de desenvolvimento local porque o cidadão, que vigia as condições de saúde da sua comunidade e políticas públicas para a saúde, também é o mesmo que procura agir proativamente para o desenvolvimento de outros aspectos da vida social.

Jornalismo cidadão

A prática jornalística que temos vivenciado na Agência de Notícias Ciência Alagoas tem sido antes de tudo, a do aprendizado contínuo, a de ser laboratório de formação de futuros profissionais. Buscamos a excelência técnica, mas pouco recursos temos para garanti-la. Por isso, optamos por atuar nas Redes Sociais(<https://www.facebook.com/cienciaalagoas> e <https://twitter.com/cienciaalagoas>), com um blog(culturadigital.br/cinciaalagoas) e um site(<http://www.cienciaalagoas.com.br>). Mas ser jornalista exige a consciência do compromisso social que esta atividade profissional traz em seu bojo. É preciso problematizar suas categorias, seus gêneros, sua repercussão frente às demandas sociais onde essa prática estiver inserida. Por isso, a agência preocupa-se em sempre discutir e procurar compreender o significado de cada atuação que realiza. Nessa mesma direção, Targino discute as idéias de Toraine, destacando que:

„,além do aspecto democratizante, a informação desempenha papel educativo e concorre, pois, para as mudanças socioculturais. O conceito de democracia não pode ser substituído pelo de tecnocracia, à custa do trabalho assalariado de muitos, os quais, na lógica industrial, valem menos do que as máquinas produzem. Deve ir além, atento á manipulação cultural , que consiste em ação e atuação dos centros de decisão política sobre as demandas das coletividades(TARGINO, 2009, 218)..

No caso, da parceria com o Comitê Estadual de Mobilização contra a Dengue nossa disponibilidade foi total, nos preparamos com a fundamentação e propostas de ação. Porém, a burocracia institucional e a mudança dos gestores após o pleito de 2014, não nos deu ainda margem para a atuação efetiva. Através de reuniões com os representantes do 21 municípios alagoanos, o Comitê segue o cronograma de ações da Secretaria de Estado da Saúde, que por sua vez, está atrelada aos programas federais. Pelo que temos visto, embora se preconize a horizontalização das ações de saúde, elas estão ainda dentro do velho paradigma vertical. O que torna mais urgente uma intervenção interdisciplinar, no sentido de quebrar esta moldura, de possibilitar a efetiva ação formadora de sujeitos sanitários.

Esse propósito de promoção da plena cidadania é mais um ideal que deve nos mover para a ação política e comunicativa do que uma certeza de sua total realização. Há muitos fatores aí envolvidos, desde o nível de escolarização, os perfis culturais, as condições de acesso aos meios de comunicação e a Internet, entre outros. Nossa ênfase deve ser no ser humano, em humanizar o jornalismo. Mas não podemos imaginar que o cidadão comum substituiria o jornalista nas funções que lhe são específicas. O jornalista, no entanto, não é só um produtor de notícias, ele é um formador de opiniões. Ele é um educador naturalmente: ele ensina a pensar e a problematizar.

A Agência de Notícias Ciência Alagoas esteve presente às reuniões do Comitê, que aconteceram desde 2014. Nelas, atendendo à solicitação da coordenação, procuramos fazer justamente o papel do educador falando para o grupo o que era o jornalismo científico, o compromisso social do jornalismo para promover o desenvolvimento; quais são e como funcionam as redes sociais; a mobilização nas redes sociais e a relação entre a comunicação com a saúde. Eles queriam uma atualização sobre o mundo das comunicações, essa miríade de informações e aparatos tecnológicos, que as pessoas comuns têm dificuldade de compreender na sua totalidade. Esse tipo de colaboração foi algo que nos surpreendeu, pois, de início, pensávamos que iríamos propor algum plano de comunicação ou veículo para a divulgação de notícias online sobre a dengue em Alagoas e no Brasil. Após essas palestras, o Comitê formou um grupo no Whats App para interação entre os

agentes de saúde de todo Estado. As notícias específicas da vigilância epidemiológica continuaram sendo produzidas pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde.

Vigilância nas redes

Para Recuero, uma rede social *é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores* (RECUERO, 2009, p, 24). Como fenômeno sociológico, as redes sociais já existiam, mas como aparecimento da Internet, elas passaram a significar a interação de membros de uma comunidade mediadas pelo computador, reunindo pessoas remotamente através de perfis de interesses diversos. Existem inúmeras redes sociais e é praticamente impossível contá-las em todo mundo porque sempre surgem novas a cada dia. No Brasil, as principais redes sociais são o Facebook, o twitter e o WhatsApp.

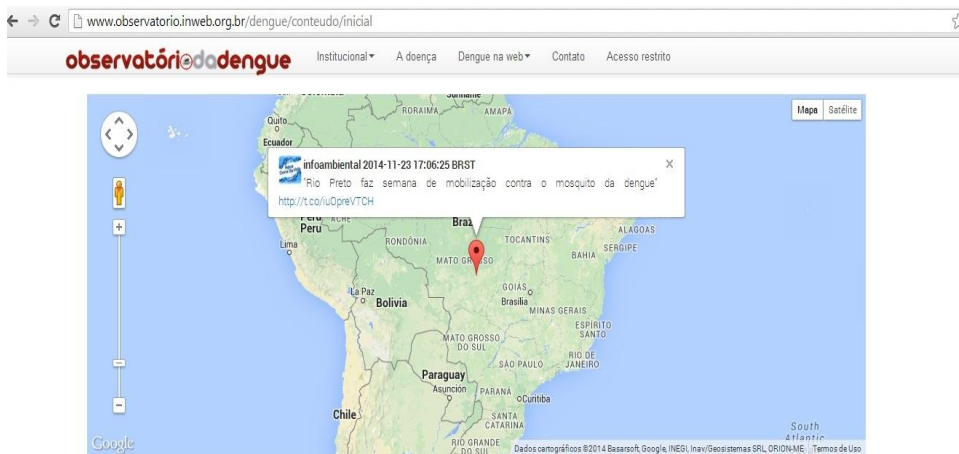
Ao longo dos anos, as redes sociais têm demonstrado grande capacidade de mobilização social. Os exemplos multiplicam-se como o caso da campanha do homem que perdeu o gato no Aeroporto; da campanha @foraarruda; do movimento VempraRua; da revolta da Primavera Árabe; da campanha de solidariedade do terremoto no Japão e das enchentes no Rio de Janeiro; e da campanha presidencial de 2014.

Entre as pesquisas, que têm sido feitas sobre o tema, destaca-se a realizada pelo Social Good Brazil, em 2013, investigando sobre o papel das Redes Sociais no Movimento VempraRua. O inquérito foi respondido por 1.519 pessoas. Sobre os motivos da adesão ao movimento, 22% reivindicavam melhorias na Educação; outros 22% protestavam contra a corrupção; 21% pediam reforma política; 21% esperavam melhoria na saúde; e apenas 11% estavam no movimento devido ao passe livre, reivindicação que iniciou a mobilização. Os dados sobre a participação no movimento parecem indicar o poder de mobilização das redes sociais porque 60 % declararam que nunca tinham participado de movimentos antes; 28% disseram que nunca foram às ruas; 37 % admitiram ter acompanhado pela Internet; e 34% afirmaram ter divulgado nas suas redes sociais.

Para a coordenadora da Social Good Brazil, Bruna Pires, os resultados da pesquisa demonstraram que “O uso da tecnologia como ferramenta para a defesa de direitos e a mobilização social é uma realidade... O importante, agora, é usarmos essa força em favor de mudanças positivas na sociedade(<http://socialgoodbrasil.org.br/2013/movimento->

vempraruacomprovaopoderdemobilizacaodasredessociais). Essa perspectiva otimista sinaliza positivamente para a adequação do uso da Internet também no caso da mobilização popular para atuar na vigilância epidemiológica.

Aliás, para conhecer melhor o que tem sido o monitoramento da dengue nas redes sociais, foi feita uma breve pesquisa e os resultados foram bem interessantes. O mais interessante deles, foi o site observatoriodadengue.org.br, que é de responsabilidade do Departamento de Bioquímica e Imunologia (ICB), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); O projeto consiste em um sistema de vigilância epidemiológica mundial, alimentado por dados da internet, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em dengue (INCT em dengue).



O Observatório da Dengue coleta, analisa e apresenta dados sobre a ocorrência da dengue a partir da internet, através das redes sociais, sites e blogs e de veículos de comunicação convencional. O sistema organiza em categorias as informações coletadas de diversas formas e possibilita fazer previsões sobre a incidência da dengue em determinada localidade em tempo real, evitando a lentidão burocrática que ocorre quando o procedimento de notificação registra as informações no sistema tradicional de controle epidemiológico (<http://www.observatorio.inweb.org.br/dengue/conteudo/sobre>). Este aplicativo aproxima-se do princípio de participação horizontal dos sujeitos sanitários, além de ter abrangência universal. Certamente, ele vai nos servir como marco norteador em ações futuras junto ao Comitê Estadual de Mobilização contra a Dengue,

Conclusão

Além de ser um campo de pesquisa empírica, a Agência de Notícias Ciência

Alagoas tem desempenhado o papel de extensionista no curso de jornalismo da Universidade Federal de Alagoas. O Projeto tem sido uma ponte entre as demandas comunicacionais da comunidade e a universidade. Nossos parceiros, em geral, são órgãos públicos da esfera estadual como a Fundação de Amparo a Pesquisa de Alagoas, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas(Secti) e escolas públicas. A experiência em trabalhar com a pauta da saúde, em geral, e da vigilância epidemiológica, em particular, tem nos colocado diante do desafio de dialogar com pessoal técnico bem treinado na área da saúde, mas com necessidades específicas, que a princípio não conseguimos identificar.

Em princípio nos preparamos para contribuir no que achávamos mais urgente e próprio diante da nossa formação profissional, mas tivemos que aprender a responder às outras necessidades que o grupo parceiro priorizava. A ação educativa se apresentou precedendo ao processo de produção noticiosa; antes do jornalismo científico em si, veio o aprendizado do processo comunicacional; antes da mobilização educativa nas redes sociais, os agentes de saúde precisaram se situar como usuários também desse mesmo universo virtual. A reflexão sobre essa atuação ainda inicial, nos possibilitou vê mais e desejar ir além. O projeto da Agência de Notícias Ciência Alagoas tem se transmutado em múltiplos aspectos surpreendentes, revelando que esse viés da comunicação para o desenvolvimento local e regional ainda é um campo cheio de possibilidades e descobertas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, I. S. de. O Campo da Comunicação e Saúde: contornos, interfaces e tensões. In: Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, AM. Set. 2014. Disponível: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0550-1.pdf>> Acesso em 15/06/2015.

MOVIMENTO #vemprarua comprova o poder de mobilização das redes sociais. Relatório de Pesquisa, <<http://socialgoodbrasil.org.br/2013/movimento-vemprarua-comprova-o-poder-de-mobilizacao-das-redes-sociais.>> Acesso em 10/07/2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. **Dengue instruções para pessoal de combate ao vetor : manual de normas técnicas**. - 3. ed., rev. - Brasília : Ministério da Saúde : Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em <site: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/funasa/man_dengue.pdf> Acesso em 20/07/2015.

NEVES, T. C. de C. L.,. Representações sociais sobre dengue no modelo informacional das campanhas de saúde: abordagem sobre uma nova prática. in Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande/MG - Set. 2001. Disponível :
<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/35628453064142329837186730296246144800.pdf>>
Acesso em 15/06/2015.

OBSERVATÓRIO DA DENGUE. Disponível em
<<http://www.observatorio.inweb.org.br/dengue/conteudo/sobre>> Acesso em 28/07/2015.

OLIVEIRA, M. B. de et ali. **Direito e saúde: cidadania e ética na construção de sujeitos sanitários.** Maceió: Edufal, 2013.

PESSONI, A.; QUIRINO, A. A. A temática “saúde” na pauta da Intercom: análise dos anais dos congressos de 2000 a 2010. In Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação : Recife, PE: Set. 2011. Disponível:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1316-3.pdf> > Acesso em:
22/06/2015.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em
<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf> Acesso em 13/07/2015.

SANTOS, M.R.A.dos. Agência de Notícias Ciência Alagoas: subsídios para uma prática jornalística para o desenvolvimento local. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Fortaleza, CE: Set. 2012. Disponível:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0549-1.pdf>> Acesso em
30/06/2015.

TARGINO, M. das G.,. **Jornalismo cidadão informa ou deforma?.** Brasília: Ibic: UNESCO, 2009.